Financiamento Eleitoral no Brasil: Desafios, Regulações e Impactos na Democracia

Autor(res)

Cintia Batista Pereira
Larissa Gomes Silva
Kannandha Nunes Costa
Stace Liz Carneiro

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA

Introdução

O presente artigo visa esclarecer aspectos importantes a respeito dos recursos financeiros utilizados pelos partidos políticos e candidatos, destacando o Fundo Partidário, Fundo Eleitoral, Doações de Pessoas Físicas e autofinanciamento e recursos dos próprios partidos. A busca pela transparência e equidade no financiamento eleitoral, proíbe doações empresariais exigindo rigorosa prestação de contas a Justiça Eleitoral. Em caso de irregularidades, sanções podem ser aplicadas, como perda de mandato, multas e inelegibilidade.
O controle desses recursos é essencial para preservar a integridade e a lisura do processo democrático, evitando abuso de poder econômico e práticas ilícitas.

Objetivo

O objetivo deste artigo é analisar os recursos financeiros disponíveis para os partidos políticos e suas atividades, salientando suas principais fontes, como são utilizados durante o processo eleitoral, e os mecanismos de controle estabelecidos pela legislação para garantir a transparência e legalidade do uso destes recursos.

Material e Métodos

A pesquisa, de caráter descritivo e qualitativo, utiliza fontes como leis eleitorais, resoluções, relatórios, sites e artigos acadêmicos. A coleta de dados foi realizada por meio de pesquisa documental, permitindo uma análise qualitativa que enfoca as fontes de financiamento eleitoral, as regras de uso e os mecanismos de controle da Justiça Eleitoral. A importância desses elementos é destacada para garantir a clareza e a integridade do processo eleitoral no Brasil.

Resultados e Discussão

Fontes de Financiamento: Os partidos e candidatos dependem principalmente do Fundo Partidário e do Fundo Eleitoral, que garantem recursos significativos para campanhas. As doações de pessoas físicas também são relevantes, embora em menor escala, refletindo a participação da sociedade no financiamento político.
Regulamentação e Prestação de Contas: A legislação tem avançado para regular o financiamento eleitoral,

especialmente com a proibição de doações empresariais, o que busca reduzir a influência do capital privado. A fiscalização rigorosa pela Justiça Eleitoral é fundamental para assegurar a utilização ética dos recursos.
Impacto na Democracia: A regulamentação do financiamento eleitoral impacta positivamente a equidade do processo democrático, estabelecendo limites que ajudam a reduzir a disparidade entre candidatos de diferentes capacidades financeiras. A clareza no uso dos recursos é essencial para fortalecer a confiança nas instituições políticas.

Conclusão

Embora a legislação tenha avançado na regulação do uso de recursos, desafios persistem, como a necessidade de conscientização da população e controle social. É fundamental continuar o debate sobre o financiamento político, aprimorando práticas e promovendo um sistema mais justo que fortaleça a confiança nas instituições e no processo eleitoral.

Referências

https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2024/Abril/conheca-as-regras-sobre-arrecadacao-e-uso-de-recursos-por-partidos-e-candidatos

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9096.htm

https://www.tre-to.jus.br/jurisprudencia/jurisprudencia-por-assunto-1/arrecadacao-e-gastos-de-campanha-eleitoral

https://www.tre-mg.jus.br/comunicacao/noticias/2024/Agosto/eleicoes-2024-tre-mg-divulga-guia-sobre-arrecadacao-gastos-e-prestacao-de-contas

https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2024-content/prestacao-de-contas/prestacao-de-contas-eleicoes-2024